

ARNALDO RIZZARDO
ARNALDO RIZZARDO FILHO
CARINE ARDISSONE RIZZARDO

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

2.^a edição
Revista e atualizada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 13.02.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R533p

Rizzardo, Arnaldo, 1942-

Prescrição e decadência / Arnaldo Rizzardo, Arnaldo Rizzardo Filho, Carine Ardissonne Rizzardo. – 2. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7536-4

1. Direito civil – Brasil. I. Rizzardo Filho, Arnaldo. II. Rizzardo, Carine Ardissonne. III. Título.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Obras do autor Arnaldo Rizzardo.....	XXVII
Capítulo I – O efeito do tempo	1
1. A vida dos direitos.....	1
2. Os limites temporais para o exercício do direito	4
3. O decurso do tempo e liberação de obrigações	4
Capítulo II – Prescrição e decadência.....	7
1. Prescrição como perda de ação para exercer um direito	7
2. A decadência como perda do direito.....	9
3. A distinção entre prescrição e decadência.....	10
4. A origem e a importância da prescrição e da decadência	12
Capítulo III – A prescrição nas ações pessoais e nas ações reais.....	15
Capítulo IV – O início da prescrição e início do prazo para o exercício da ação	19
Capítulo V – Prescrição e decadência diante da classificação das ações.....	23
Capítulo VI – Renúncia da prescrição e da decadência.....	27
Capítulo VII – A prescrição aquisitiva e a extintiva ou liberatória.....	31
Capítulo VIII – Prescrição como exceção	35
Capítulo IX – Proibição em alterar os prazos da prescrição e faculdade de as partes estabelecerem a decadência.....	37
Capítulo X – Prescrição intercorrente.....	41
1. A inércia no andamento do processo judicial pelo período da prescrição	41

2. A contagem do início do prazo de prescrição.....	42
3. O decurso do prazo para o cumprimento de medidas judiciais nas execuções fiscais	43
4. A decretação de ofício da prescrição intercorrente nas execuções fiscais....	45
Capítulo XI – Prescrição, perempção e preclusão	47
Capítulo XII – Momento e legitimidade para a alegação da prescrição	51
Capítulo XIII – A prescrição quanto aos relativamente incapazes	55
Capítulo XIV – Possibilidade de o juiz decretar de ofício a prescrição e a decadência	57
Capítulo XV – A continuação da prescrição na sucessão de obrigações ou direitos.....	61
Capítulo XVI – A prescrição dos direitos acessórios e da exceção.....	67
Capítulo XVII – Suspensão da prescrição.....	71
1. A ideia de suspensão e distinções	71
2. A classificação segundo o Código Civil e casos especiais	72
Capítulo XVIII – Interrupção da prescrição	79
1. O efeito da interrupção e distinções.....	79
2. Situações que estabelecem a interrupção segundo o Código Civil.....	80
3. Interrupção da prescrição pela citação e improcedência ou extinção da ação	88
4. Interrupção pela citação em pedido de tutela provisória	91
5. O recomeço da prescrição interrompida	93
6. Legitimidade para promover a interrupção da prescrição.....	95
Capítulo XIX – Aplicação da lei no tempo em matéria de prescrição	99
Capítulo XX – Aumento ou redução do prazo prescricional e decadencial no curso de uma relação jurídica	103
Capítulo XXI – Citação nula e prescrição	109
Capítulo XXII – A extensão da prescrição perante terceiros e solidariedade...	111
Capítulo XXIII – Prazos da prescrição no Código Civil.....	115

1. O conceito de prazo e seu início.....	115
2. Prazo ordinário.....	116
3. Prazos especiais.....	119
3.1. A pretensão para o pagamento das despesas de hospedagem e de alimentação.....	119
3.2. A pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele e ação de regresso.....	120
3.3. A pretensão na percepção de emolumentos, custas e honorários de árbitros e peritos.....	128
3.4. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima.....	128
3.5. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes.....	129
3.6. Pretensão a prestações alimentícias.....	130
3.7. Pretensão às prestações relativas a aluguéis.....	131
3.8. Pretensão ao recebimento de prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.....	132
3.9. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias.....	132
3.10. Pretensão ao ressarcimento por enriquecimento sem causa.....	133
3.11. Pretensão à reparação civil.....	134
3.12. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé.....	136
3.13. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas.....	137
3.14. Pretensão para haver o pagamento de títulos de crédito.....	139
3.15. Pretensão do beneficiário e do terceiro prejudicado no seguro obrigatório.....	143
3.16. Pretensão relativa à tutela.....	147
3.17. Pretensão para a cobrança de dívidas líquidas.....	148
3.18. Pretensão dos profissionais liberais, dos procuradores judiciais, dos curadores e dos professores por seus honorários.....	149
3.19. Pretensão para reaver o que se despendeu em juízo.....	150
Capítulo XXIV – O começo da prescrição para exercer a pretensão na pendência de ação penal.....	153
Capítulo XXV – Prescrição da pretensão para a reparação do dano moral por crime de imprensa.....	159

Capítulo XXVI – A prescrição e o cumprimento da pretensão indenizatória	163
Capítulo XXVII – A prescrição no redirecionamento da ação contra o administrador ou sócio da pessoa jurídica	167
Capítulo XXVIII – A prescrição no usucapião.....	173
1. A prescrição aquisitiva	173
2. O usucapião <i>pro labore</i>	174
3. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes.....	174
4. Usucapião extraordinário	176
5. Usucapião ordinário.....	178
6. Usucapião especial urbano individual e coletivo	180
7. Usucapião especial urbano em favor do cônjuge ou companheiro separado que permanece no imóvel	183
8. Suspensão e interrupção do prazo prescricional no usucapião	184
9. A interrupção da prescrição relativamente ao usucapiente herdeiro pela transmissão da herança.....	188
Capítulo XXIX – A prescrição na partilha anulável e na partilha nula.....	193
1. A anulação por vícios ou defeitos	193
2. As nulidades absolutas e o tratamento diante das nulidades relativas.....	193
3. A anulação da partilha amigável.....	196
Capítulo XXX – Prescrição da ação de petição de herança.....	201
Capítulo XXXI – A prescrição nas colações e nas doações inoficiosas	205
1. O conceito de colação	205
2. A finalidade da colação.....	205
3. Herdeiros obrigados à colação.....	206
4. Exceções à colação	207
5. A prescrição da ação visando à colação.....	208
6. A prescrição da ação visando à anulação da doação inoficiosa.....	211
Capítulo XXXII – A prescrição na sonegação de bens	213
Capítulo XXXIII – A prescrição no dano moral	217
1. Caracterização e espécies.....	217
2. Posições sobre a prescrição	218

3. A predominância da prescrição no prazo de dez anos.....	219
Capítulo XXXIV – O prazo da prescrição para a prestação de alimentos e para a prestação da indenização com caráter alimentar.....	225
Capítulo XXXV – A prescrição nos planos de saúde	227
1. Noções sobre os planos de saúde	227
2. Espécies de planos de saúde	228
3. A contratação de associados	230
4. Doenças e lesões preexistentes (DLP) e cobertura parcial temporária	232
5. Renovação automática dos contratos após o vencimento.....	234
6. Proibição em recusar associados e em interromper o internamento	235
7. A mudança das contraprestações pecuniárias em função da idade, da sinistralidade ou da variação de custos	235
8. O tratamento da prescrição.....	237
Capítulo XXXVI – A prescrição e a decadência no condomínio edilício.....	247
Capítulo XXXVII – Prescrição para anular deliberações de Assembleia Geral e para reclamações contra a cooperativa	251
Capítulo XXXVIII – A prescrição no contrato de agência ou representação comercial.....	255
Capítulo XXXIX – A prescrição de prestações periódicas vencidas em obrigações de cumprimento parcelado e sucessivo	259
Capítulo XL – Prescrição do fundo do direito e prescrição das prestações.....	261
Capítulo XLI – A prescrição aquisitiva das servidões	265
1. As servidões objeto de aquisição pela prescrição.....	265
2. Usucapião ordinário.....	268
3. Usucapião extraordinário	273
4. Usucapião quanto ao modo do exercício da servidão.....	275
Capítulo XLII – A prescrição aquisitiva ou o usucapião da passagem forçada.....	277
Capítulo XLIII – Perda da servidão pelo não uso durante o prazo de dez anos	279
Capítulo XLIV – Prescrição nas infrações da ordem econômica	283

Capítulo XLV – A prescrição de dívidas bancárias.....	289
Capítulo XLVI – A prescrição no depósito bancário.....	293
1. Depósito bancário.....	293
2. Valores depositados em bancos e incidência das regras do mútuo.....	294
3. O prazo dos depósitos e da prescrição.....	296
4. A imprescritibilidade durante o depósito.....	297
Capítulo XLVII – A prescrição no direito administrativo.....	303
Capítulo XLVIII – A prescrição e as pessoas jurídicas de direito público.....	305
Capítulo XLIX – A prescrição à reclamação em face dos atos administrativos.....	311
Capítulo L – A prescrição da ação punitiva da Administração Pública Federal ...	313
Capítulo LI – A prescrição da ação disciplinar para a aplicação de penalidades administrativas a funcionários.....	315
1. As penalidades aplicáveis no plano federal.....	315
2. O começo do prazo de prescrição.....	317
3. Interrupção do prazo prescricional.....	320
4. Prazo para concluir da sindicância e do processo administrativo.....	320
Capítulo LII – Prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos públicos.....	323
Capítulo LIII – Aplicação do prazo de prescrição do Código Penal nas infrações administrativas.....	327
Capítulo LIV – A prescrição nas pretensões sobre águas públicas.....	331
Capítulo LV – A prescrição na improbidade administrativa.....	333
1. Atos atentatórios à Administração Pública.....	333
2. A prescrição para os ocupantes de cargos temporários.....	335
3. A prescrição para os ocupantes de cargos efetivos.....	335
4. A prescrição para as pessoas particulares que não desempenham a função pública.....	338
5. A prescrição no caso de concurso de agentes efetivos e temporários, e de pessoas particulares, por um mesmo fato.....	339

6. A prescrição das ações puramente ressarcitórias.....	340
7. Interrupção da prescrição pela citação e pela notificação.....	345
8. A condição da notificação na ação de improbidade administrativa para apresentar defesa e a prescrição.....	346
Capítulo LVI – A prescrição na ação civil pública.....	351
1. A propositura da ação e vigência dos direitos.....	351
2. A defesa de interesses a favor ou contra a Administração Pública.....	351
3. A defesa de interesses particulares.....	353
4. A defesa de interesses em violações permanentes ou que prosseguem no tempo.....	354
5. O cumprimento de sentença proferida na ação civil pública.....	354
Capítulo LVII – Prescrição e decadência nos créditos públicos não tributários de natureza patrimonial.....	359
Capítulo LVIII – A prescrição e a decadência na desapropriação.....	365
1. A abrangência da desapropriação.....	365
2. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública.....	366
3. A desapropriação por interesse social diferente da reforma agrária.....	367
4. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.....	368
5. Desapropriação de imóveis urbanos para fins de urbanização.....	369
6. Processo de desapropriação e prazos decadenciais.....	370
7. Retrocessão e prescrição.....	373
8. Desapropriação indireta.....	375
Capítulo LIX – A prescrição na arbitragem.....	379
Capítulo LX – A prescrição e a decadência nas sociedades por ações.....	385
1. Conceito e distinções.....	385
2. Prazos de prescrição estabelecidos no Código Civil e na Lei nº 6.404/1976.....	387
2.1. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima.....	387
2.2. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes.....	388
2.3. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias.....	389

2.4.	Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé	389
2.5.	Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas	390
2.6.	Prescrição na ação para buscar a complementação de ações	393
3.	Prazos de prescrição estabelecidos na Lei nº 6.404/1976	393
3.1.	Pretensão à anulação da constituição da sociedade.....	394
3.2.	Pretensão à anulação das deliberações da assembleia geral.....	394
3.3.	Pretensão à restituição de valores pagos indevidamente.....	395
3.4.	Pretensão à indenização por danos causados pelo agente fiduciário.....	396
3.5.	Pretensão à indenização contra o vendedor que viola o dever de sigilo.....	396
3.6.	Pretensão contra a companhia.....	396
Capítulo LXI – A prescrição no uso das águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes.....		397
Capítulo LXII – A prescrição na liquidação das instituições financeiras e das cooperativas de crédito		403
Capítulo LXIII – Prescrição e dano ambiental.....		407
1.	Elementos do meio ambiente.....	407
2.	O prazo prescricional da ação punitiva da Administração Pública.....	410
3.	A interrupção da prescrição na incidência das cominações administrativas.....	412
4.	A imprescritibilidade enquanto perdura o dano ambiental.....	412
Capítulo LXIV – A imprescritibilidade dos direitos fundamentais.....		417
1.	Conceituação e natureza dos direitos fundamentais.....	417
2.	A relação dos direitos fundamentais.....	418
3.	A variação de categorias no tempo e gerações de direitos fundamentais	421
4.	A imprescritibilidade	422
5.	O tratamento dado pelos tribunais.....	423
Capítulo LXV – A imprescritibilidade das ações quanto aos bens públicos e das ações de ressarcimento ao erário público		429
Capítulo LXVI – A imprescritibilidade nos negócios ou atos nulos.....		435
1.	A abrangência da invalidade dos atos ou negócios	435

2. Especificamente a nulidade do negócio jurídico	436
3. Impossibilidade de confirmação do negócio nulo e sua imprescritibilidade	439
Capítulo LXVII – A imprescritibilidade das terras ocupadas pelos indígenas.....	441
Capítulo LXVIII – A imprescritibilidade no direito à mudança de servidões	447
Capítulo LXIX – A imprescritibilidade do marido em contestar a paternidade dos filhos	449
Capítulo LXX – Imprescritibilidade da ação de nulidade relativa a impedimentos do casamento.....	451
Capítulo LXXI – A imprescritibilidade no direito penal.....	455
Capítulo LXXII – A decadência no Código Civil.....	459
Capítulo LXXIII – Exemplificações de decadência.....	463
Capítulo LXXIV – A decadência e a prescrição no campo do direito do consumidor	479
Capítulo LXXV – A decadência dos direitos dos investidores.....	485
Capítulo LXXVI – A decadência para a Administração Pública invalidar seus próprios atos e a decadência para se anular atos inconstitucionais.....	489
Capítulo LXXVII – A decadência na ação popular.....	493
Capítulo LXXVIII – A decadência no mandado de segurança.....	497
Capítulo LXXIX – A decadência e a prescrição perante as teorias do fato consumado, da <i>supressio</i> e da <i>surrectio</i>.....	503
1. Direitos imunes à ação do tempo em razão de perdurarem as situações fáticas e jurídicas	503
2. A teoria do fato consumado	504
3. O reconhecimento de direitos de uso ou proveito, embora contrários à convenção, com base nas teorias da <i>supressio</i> e da <i>surrectio</i>	508
Capítulo LXXX – A decadência e a prescrição nas várias modalidades de transporte de coisas	515
Capítulo LXXXI – Decadência em exigir que se desfaçam janelas e outras aberturas ou obras sobre o prédio vizinho.....	519

Capítulo LXXXII – Decadência do direito de preferência na alienação do imóvel durante o arrendamento e a parceria rural	523
Capítulo LXXXIII – Decadência do direito de preferência na venda de quinhão em coisa comum	527
Capítulo LXXXIV – Decadência do direito de preferência do locatário na transferência do imóvel	531
Capítulo LXXXV – Decadência na venda de ascendente a descendente	533
1. A anulabilidade e a visão na legislação anterior	533
2. A venda por interposta pessoa	534
3. O consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante ...	535
4. A necessidade do prejuízo aos demais descendentes e da prova da fraude	536
5. Oportunidade para a propositura da ação	537
6. Prazo de decadência e seu início	538
7. Venda anterior ao reconhecimento da paternidade	540
Capítulo LXXXVI – A decadência na revogação das doações	543
1. Revogação da doação por ingratidão	543
2. Causas de revogação	544
3. Revogação e direitos de terceiros	545
4. Prazo para promover a revogação	546
5. Revogação da doação por descumprimento de encargo	547
Capítulo LXXXVII – A decadência na venda <i>ad corpus</i> e na venda <i>ad mensuram</i>	551
1. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	551
2. Tipos de venda <i>ad corpus</i> e de venda <i>ad mensuram</i>	552
3. Alternativas judiciais oferecidas ao comprador	553
4. Excesso de área na venda	555
5. Decadência do direito de invocar a falta ou o excesso de área	555
Capítulo LXXXVIII – A decadência nos vícios redibitórios	557
1. Caracterização	557
2. Requisitos configuradores dos vícios redibitórios	558

3. Conhecimento ou desconhecimento dos vícios pelo alienante.....	560
4. Perecimento da coisa.....	561
5. Ações asseguradas ao adquirente.....	561
6. Erro e vício redibitório.....	562
7. Cláusula de renúncia à responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	563
8. Prazo de decadência do direito.....	564
Capítulo LXXXIX – Decadência do direito de pedir a devolução do imóvel no arrendamento e parceria rural.....	567
Capítulo XC – Decadência do direito de renovação no contrato de locação de imóvel.....	573
1. Requisitos para a renovação, incluindo o prazo decadencial.....	573
2. Titularidade do direito.....	575
3. Procedimento judicial e a defesa do locador na ação renovatória.....	577
4. Indenização em favor do locatário.....	579
Capítulo XCI – Decadência no contrato de construção por empreitada.....	581
1. A construção por empreitada.....	581
2. Espécies de contratos.....	582
3. Prazo decadencial na responsabilidade por vícios de solidez ou segurança nas edificações.....	584
4. Prazo decadencial na responsabilidade por defeitos e imperfeições da obra.....	585
Capítulo XCII – A decadência e a prescrição no direito de falências.....	587
1. Situações que determinam a falência.....	587
2. A prescrição do título que ampara o pedido de falência.....	588
3. Suspensão do curso da prescrição.....	588
4. Não ocorrência da suspensão da prescrição no caso de créditos fiscais...	589
5. Decadência do direito do credor não satisfeito no seu crédito e da condenação por prática de crime.....	589
6. A prescrição dos crimes falimentares.....	590
7. Atos ineficazes na falência e decadência da ação revocatória.....	592
Capítulo XCIII – A decadência e a prescrição no Código de Trânsito Brasileiro.....	595
Capítulo XCIV – A decadência no cadastro negativo do nome do devedor....	605

Capítulo XCV – A decadência na ação rescisória.....	609
1. Prazo decadencial.....	609
2. O prazo no caso de intempestividade do recurso.....	610
3. O prazo nas decisões submetidas ao duplo grau de jurisdição.....	612
4. O prazo se o autor da ação não foi citado na ação rescindenda	612
5. O prazo na rescisória visando desconstituir parte da sentença ou do acórdão	613
6. O prazo se não promovida a citação para efeitos de interromper a prescrição.....	613
7. O prazo se promovida a ação com base em prova cuja falsidade tenha sido provada em processo criminal ou em documento novo.....	614
8. O prazo se o trânsito em julgado ocorreu em momentos distintos.....	615
9. O prazo que finda em dia não útil	616
10. O prazo na revelia do réu.....	617
11. Não suspensão do prazo decadencial.....	618
Capítulo XCVI – A caducidade e a prescrição nos direitos de autor	619
1. Tipos de direitos de autor	619
2. O prazo de proteção e a caducidade dos direitos de autor	622
3. O prazo de prescrição	625
Capítulo XCVII – A caducidade e a prescrição na propriedade industrial e no nome empresarial	627
1. Abrangência da propriedade industrial.....	627
2. O prazo da prescrição	628
3. Prescrição no nome empresarial	630
4. Caducidade na propriedade industrial.....	631
Capítulo XCVIII – A decadência no direito tributário.....	637
1. Conceito de decadência tributária	637
2. Constituição do crédito tributário e decadência.....	638
3. Lançamento tributário e decadência	639
4. O prazo decadencial e seus termos iniciais.....	642
5. Constituição do crédito tributário pelo depósito judicial e pelo lançamento.....	644
6. A decadência da penalidade pecuniária	646
7. O prazo decadencial das contribuições previdenciárias.....	650

8. Interrupção do prazo decadencial e decadência do direito de o Fisco revisar lançamento anteriormente realizado	651
9. Suspensão do prazo decadencial	652
10. Reconhecimento da decadência <i>ex officio</i>	653
11. Constituição do crédito tributário previdenciário pela Justiça do Trabalho	654
Capítulo XCIX – A prescrição no direito tributário	659
1. A prescrição na perspectiva do direito tributário	659
2. Regras tributárias sobre a prescrição e o prazo	661
3. O efeito da prescrição e o termo inicial do prazo	662
4. Interrupção da prescrição tributária	663
5. Suspensão da prescrição tributária	665
6. Reconhecimento da prescrição <i>ex officio</i>	670
7. Da prescrição intercorrente	671
8. Prescrição para promover a ação anulatória de lançamento de débito fiscal	674
9. A não influência do prazo de pagamento na contagem do prazo prescricional	676
Capítulo C – Decadência e prescrição para o exercício do direito à repetição do indébito no direito tributário	679
1. Regime jurídico próprio da decadência e da prescrição na repetição de indébito	679
2. O prazo para a restituição e o seu início	680
3. Identificação da natureza do prazo decadencial ou prescricional	682
4. A opção para definir a decadência ou a prescrição no reconhecimento do indébito	683
5. Prescrição do direito para anular a decisão administrativa que denega a restituição	685
6. A tese dos “cinco mais cinco anos”	686
7. Inaplicabilidade do art. 882 do Código Civil	689
8. Tributo instituído por lei declarada inconstitucional e o prazo prescricional para repetição do indébito	690
Capítulo CI – Prescrição e decadência no direito previdenciário	693
1. Aspectos introdutórios e conceituais	693
2. As contribuições sociais e sua destinação assistencial	695

3.	Benefícios de prestação continuada e a incidência da prescrição unicamente no que tange às prestações.....	697
4.	Decadência dos direitos e prescrição das prestações.....	698
5.	Fundo de direito, benefícios previdenciários, prescrição e decadência.....	699
6.	Especificamente quanto à decadência das ações que visam à revisão do benefício previdenciário.....	702
7.	Desaposentação e prazo decadencial.....	705
8.	Suspensão e interrupção do prazo prescricional.....	708
9.	Decadência do direito da Previdência Social em anular os seus atos administrativos.....	709
10.	Prescrição das ações referentes à prestação por acidente do trabalho.....	711
11.	Prazo prescricional da ação regressiva da Previdência Social em face dos responsáveis pelo acidente do trabalho.....	712
Capítulo CII – A prescrição e a decadência nos títulos de crédito.....		717
1.	A incidência da norma geral do Código Civil.....	717
2.	Da prescrição das notas promissórias e letras de câmbio.....	718
3.	Da prescrição do cheque.....	723
4.	Da prescrição da duplicata.....	728
5.	Da prescrição dos títulos representativos de mercadorias.....	730
6.	Da prescrição dos títulos de crédito com garantia real ou privilégio especial.....	733
7.	A prescrição das cédulas hipotecárias habitacionais e das cédulas de crédito bancário.....	739
8.	Da prescrição dos títulos de crédito rural no agronegócio e com lastro em direitos creditórios.....	742
9.	Da prescrição dos títulos com lastro ou garantia imobiliária.....	745
10.	Da prescrição relativamente às ações e debêntures das sociedades anônimas.....	748
Capítulo CIII – Prescrição e decadência no direito do trabalho.....		755
1.	Aspectos introdutórios e conceituais da prescrição.....	755
2.	O prazo.....	759
3.	Ato único, prescrição total e parcial.....	761
4.	As regras do Código Civil aplicáveis à prescrição trabalhista.....	762
5.	Fundo de garantia por tempo de serviço e a decadência.....	777
6.	A prescrição intercorrente.....	780

7. Readmissão, reintegração e recontração do empregado, e suspensão e interrupção do contrato de trabalho diante do prazo prescricional.....	781
8. Termo inicial do prazo prescricional	784
9. A prescrição relativa aos empregados domésticos.....	785
10. A decadência no Direito do Trabalho	786
Bibliografia.....	789